

EIXO TEMÁTICO 6 | EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: *perspectivas e práticas nos cursos de graduação em Serviço Social*

LA CURRICULARIZACIÓN DE LA EXTENSIÓN EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR: perspectivas y prácticas en la graduación en Trabajo Social

Elivania da Silva Moraes¹
João Victor de Oliveira Araújo²

RESUMO

Neste artigo, abordamos a curricularização da extensão nos cursos de Serviço Social de Unidades de Formação Acadêmica (UFA) filiadas a Associação Brasileira de Estudos e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a partir de um processo de pesquisa de campo realizado pela Comissão Temporária de Trabalho (CTT) da Curricularização da Extensão da ABEPSS. Foi perpassado processo de pesquisa bibliográfica e documental sobre as temáticas da extensão e do currículo, formulando concepções condizentes ao Projeto Ético-Político da profissão. No decorrer do trabalho são apresentados os dados catalogados a partir das respostas das UFA's ao questionário aplicado de forma digital, sendo analisados dentro de uma reflexão crítica e propositiva de um fazer extensionista popular, comunicativo e orientado para uma educação emancipatória.

Palavras-chave: Currículo; Extensão; Formação Profissional em Serviço Social; Educação Superior

RESUMEN

En este artículo, abordamos la curricularización de los cursos de extensión en Servicio Social en las Unidades de Formación Académica (UFA) afiliadas a la Asociación Brasileña de Estudios e Investigaciones en Servicio Social (ABEPSS), a partir de un proceso de investigación de

¹ Assistente Social. Professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pós doutora em Educação e Serviço Social pela Universidade de Barcelona (UB). Coordenadora Nacional de Graduação da ABEPSS Gestão 2023-2024. Integrante da Comissão Temporária de Trabalho Curricularização da Extensão da ABEPSS. E-mail: elivania.maraes@uece.br

² Graduando em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Afrobrasilidades Gênero e Família (NUAFRO/UECE). Bolsista de Iniciação Científica vinculado ao Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (CETROS/UECE). E-mail: joazin.araujo@aluno.uece.br

campo realizado por la Comisión Horario de Trabajo Temporal (CTT) del Currículo de Extensión ABEPSS. Se realizó un proceso de investigación bibliográfica y documental sobre los temas de extensión y currículo, formulando concepciones coherentes con el Proyecto Ético-Político de la profesión. En el transcurso del trabajo se presentan datos catalogados a partir de las respuestas de la UFA al cuestionario aplicado digitalmente, siendo analizados dentro de una reflexión crítica y proposicional de una práctica extensionista popular, comunicativa y orientada hacia una educación emancipadora.

Palabras-chave: Currículo; Extensión; Formación Profesional en Trabajo Social; Educación Universitaria

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tematiza sobre a curricularização da extensão nos Cursos de Graduação em Serviço Social. Para fundamentar tal temática optamos por trazer um diálogo sobre a concepção de currículo e a concepção de extensão que fundamenta a nossa análise posterior de uma pesquisa que lançamos, enquanto Comissão de Trabalho Temporário (CTT) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a nível nacional sobre a implantação da curricularização da extensão nos Cursos de Graduação de Serviço Social brasileiro.

A pesquisa se deu então seguindo os princípios de uma pesquisa qualitativa, fundamentada em estudos bibliográficos e documentais e na pesquisa de campo, com a análise de questionário respondido por meio digital (Google Forms), que representa a análise da curricularização da extensão em sete Unidades de Formação Acadêmica (UFA)³ do Serviço Social que apresentam uma diversidade de contextos e concepções.

O interesse em refletir sobre a curricularização da extensão nos cursos de graduação em Serviço Social no Brasil é provocado, inicialmente, por uma dinâmica externa de exigência legal do Estado, mas que no Serviço Social ganha feições mais profundas, de uma dinâmica interna da profissão já consolidada, que é refletir sobre o sentido da educação superior e a necessidade que esse espaço educacional seja efetivamente popular.

Nesse processo reflexivo e crítico, pretendemos contribuir nessa incursão investigativa, contextualizando os processos que têm permeado a implementação da

³ Esta é nomenclatura adotada pela ABEPSS para referir-se às Instituições de Ensino Superior filiadas que ofertam cursos de graduação em Serviço Social.

curricularização da extensão no Brasil, com especial ênfase no Serviço Social, que defende a consolidação da extensão popular, comunicativa e orientada para uma educação emancipatória, a qual perpassa: a disputa e a discussão democrática nas Instituições de Educação Superior (IES) e nos cursos acerca do financiamento para a implementação das atividades extensionistas; o desenvolvimento de ações que considerem a realidade vivenciada pelos/as discentes; a construção de estratégias para que a extensão se consolide de forma horizontal e orgânica junto às comunidades regionais, dentre outros elementos.

2 CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO E DE CURRÍCULO E SEUS DESDOBRAMENTOS NO/PARA O SERVIÇO SOCIAL

A curricularização da extensão chega as instituições de ensino superior como exigência legal por meio da Resolução nº 07 do Conselho Nacional de Educação (CNE), com a finalidade de: "assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social" (Brasil, 2018, s.p.). Vale mencionar que, o aligeiramento do processo de implantação dessa normativa que exigia adaptações curriculares até o prazo de 2022, não possibilitou diálogos mais profundos e participativos, de forma que estes estão se fazendo durante a implantação nos projetos pedagógicos a nível nacional.

Diante da necessidade de assessoramento e orientação aos cursos de Serviço Social, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), através da Comissão Temporária de Trabalho (CTT), vem a pelo menos seis anos fomentando as discussões e análises acerca da concepção de extensão na educação superior, particularmente no Serviço Social, e orientando a implantação da curricularização da extensão em suas UFA's.

É relevante ressaltar que a extensão universitária coloca-se como um dos pilares essenciais para avançar na consolidação de uma educação pública, gratuita e socialmente referenciada, conforme delineado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Essa perspectiva também se alinha com a defesa da profissão de Serviço Social, a qual busca uma formação profissional de qualidade e crítica, com vistas a uma educação voltada para a emancipação humana.

Assim sendo, nos cursos de Serviço Social, a implementação da curricularização articula-se com a análise da política educacional e, sobretudo, a perspectiva de extensão que subjaz ao

modelo de educação superior pretendido. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS estabelecem um direcionamento político-pedagógico que, embora de maneira sutil, coloca a extensão universitária como parte das atividades do processo de formação profissional. Essas diretrizes expressam inequivocamente a defesa de uma educação pública, presencial, secular, gratuita, de excelência e socialmente referenciada, fundamentada na tríade ensino, pesquisa e extensão.

Essa abordagem ressalta a importância da extensão como um dos pilares do processo formativo, reconhecendo sua contribuição para a formação integral dos/as estudantes e para a concretização de uma educação comprometida com as demandas sociais. A ênfase no tripé ensino, pesquisa e extensão reflete o compromisso com a produção e difusão do conhecimento articulado com a realidade, contribuindo assim para avançar na luta e construção de uma sociedade justa e igualitária.

Além dessa definição de extensão, compreendemos que a dimensão do currículo, enquanto categoria teórico-prática, que precisa ser analisada com mais rigor, entendendo esse campo de disputas de concepções tradicionais, críticas e pós críticas que precisam ser diferenciados e vivenciados nas políticas e práticas curriculares desenvolvidas pelo Serviço Social. Importante refletir que cada concepção dessa, mesmo sem um acúmulo teórico do Serviço Social sobre essa categoria do currículo em específico, foi implementada ou vivenciada em cada contexto histórico e propostas teórico-metodológicas que o Serviço Social vivenciou antes ou após Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil.

O currículo, caracteriza-se como fenômeno complexo e, como tal, é influenciado por uma pluralidade das concepções e ações educativas. Este aparece como objeto específico de estudo e pesquisa nos Estados Unidos, numa época de crescente industrialização, de massificação da escolarização e de racionalização dos processos administrativos e econômicos, os quais se intensificam após a crise econômico-financeira de 1929.

O modelo econômico social afirmado nessa época é o modelo taylorista-fordista, fundamentado nos princípios de produção e consumo em massa, na racionalização do processo econômico, fundamentando-se no “modelo da fábrica” e o currículo caracteriza-se como racionalização de resultados educacionais, especificados e medidos de forma cuidadosa e rigorosa, no âmbito do qual os alunos são processados como produto.

Desta forma, a concepção de currículo caracteriza-se como procedimentos e métodos para a obtenção de resultados que possam ser precisamente mensurados. A preocupação central refere-se a questões técnicas que devem ser respondidas e fundamentadas numa

postura de neutralidade, onde os objetivos educacionais devem estar claramente definidos e formulados em termos de comportamento. Os estudos realizados até então, todavia, estão mais voltados para componentes operacionais do currículo e menos à sua teorização, denotando um cariz tecnicista e uma doxa curricular que demanda a constituição de raízes epistemológicas.

Vale mencionar que as origens do pensamento curricular brasileiro seguem um hibridismo entre concepções enciclopedistas, tecnicistas e escolanovistas. Consoante pensa Moreira (1997) nos anos 1920/1930, o currículo se fundamenta no pensamento jesuítico, enciclopedista e progressista. Nas décadas posteriores, especificamente nos anos de 1960 e 1970, o que orienta os estudos de currículo no Brasil é a visão sincrética entre o escolanovismo, tecnicismo, nacional-desenvolvimentismo e as teorias da emancipação.

Vale mencionar ainda que, nos anos 1970, mais crises capitalistas ocorreram e trouxeram como demanda a reformulação do Estado e da esfera do trabalho. Foi nesse período que se vivenciou a chamada Reconceptualização do Currículo, em que se compreendia o currículo além de uma atividade técnica. Dentre as perspectivas teóricas de explicação do currículo, podemos destacar as seguintes: Fenomenologia, Teoria Crítica da Escola de Frankfurt e Marxismo.

A perspectiva fenomenológica, valorizava os significados subjetivos que as pessoas dão às suas experiências pedagógicas e curriculares: “Toda consciência é consciência de algo”. Esta perspectiva representa um rompimento com a epistemologia tradicional e é a que menos reconhece a estruturação tradicional do currículo em disciplinas ou matérias.

Diferente das concepções positivistas e fenomenológicas, a teoria crítica do currículo, fundada em ideias marxianas e marxistas, está assentada na crítica radical à educação liberal dentro de uma análise da educação e da cultura de uma forma bem mais ampla, sem, no entanto, ter como foco o currículo e o conhecimento escolar. Os autores, nomeadamente marxistas, fazem uma crítica aberta à escola capitalista, a qual reproduz valores da forma de sociabilidade capitalista e reproduz as relações de poder inerentes a esta. Vale mencionar que essa perspectiva de currículo está alinhada com o projeto nacional de formação profissional defendida pelo Serviço Social pós Reconceituação.

A perspectiva crítica de currículo procura então, investigar o currículo oculto e o oficial (prescrito), buscando entender como a escola atua na distribuição do conhecimento oficial e com seu olhar centrado nas relações de poder que ocorrem na escola e o conhecimento

corporificado no currículo resulta de um processo que reflete os interesses particulares das classes e grupos dominantes (Silva, 2009, p. 46).

Mais próximo de uma concepção de currículo associada à educação popular, compreendemos que Paulo Freire não desenvolveu uma teorização específica sobre o currículo, mas seu esforço de teorização consistiu em responder a uma pergunta curricular fundamental: o que ensinar? Em suas respostas a essa questão, caracteriza um conceito fundamental de educação problematizadora, defendendo a noção de que todos os sujeitos estão ativamente envolvidos no ato do conhecimento.

Considerando essa análise histórica que nos fez compreender minimamente as concepções de currículo e entendendo que o Serviço Social brasileiro atualmente defende uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, entendemos que a Teoria Crítica do Currículo, ou a tendência de organização curricular dinâmico-dialógica (Leitinho, 2000), a qual nos possibilitará compreender o currículo não como dotado apenas de um caráter técnico, e sim como “artefato social e cultural”, marcado por determinações sociais e históricas e permeado pelas dimensões pessoais, éticas, sociais e políticas, como esfera pública democrática e a concepção que mais se afiniza com o projeto atual de formação profissional.

3 CAMINHOS E DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL

A luz da compreensão crítica de currículo e de uma extensão de caráter popular, faremos a análise dos dados obtidos a partir de um questionário gerado na plataforma digital Google Forms e encaminhado pela CTT da Curricularização da Extensão da ABEPSS às coordenações de curso de Serviço Social das UFA's de todo Brasil. Assim, obtivemos respostas que suscitam nosso debate e lançam questões pertinentes, passíveis de reflexão e análise crítica a partir do acúmulo teórico-político do Serviço Social.

O questionário foi dividido em 4 sessões e enviado por e-mail para todas as coordenações de curso das UFA's filiadas à ABEPSS. Porém, responderam ao questionário, até o momento de produção deste trabalho, sete coordenações das seguintes UFA's: Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Centro Universitário de Patos (UNIFIP); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

do Ceará (IFCE) - Campus Iguatu. Destas UFA's, apenas a UNIFIP é privada, a PUC Goiás é comunitária e o restante das UFA's são públicas.

Desta maneira, o debate aqui exposto gira em torno dos elementos que mais chamaram atenção no processo de análise das respostas obtidas, apresentados os pontos pertinentes de forma discursiva ao longo do texto e quando oportuno expondo também os gráficos que retratam a realidade das UFA's. Cabe salientar que apenas na UEPB foi indicado que ainda não iniciou-se processo de revisão curricular para atender as exigências da resolução nº 7/2018 do MEC para adequação à curricularização da extensão, sendo assim, não lhes foi possível responder todas as perguntas..

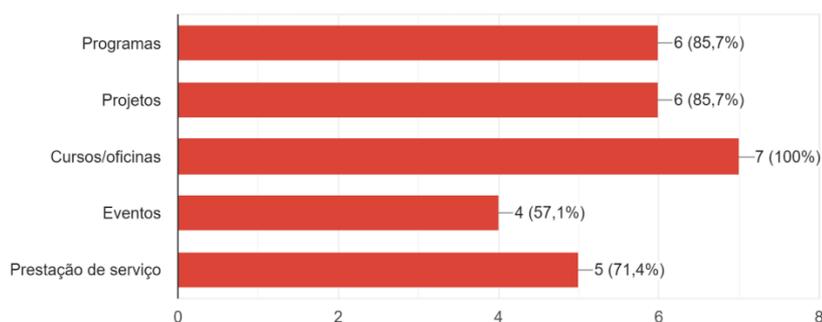
No questionário, a seguinte pergunta foi feita acerca da curricularização da extensão: “A UFA já realizou reuniões e/ou debates com o corpo docente sobre o assunto?”. Apenas duas UFA's já realizaram reuniões/debates, uma indicou que ainda não realizou e as demais não responderam. Entende-se assim, que é necessário que sejam realizados nos colegiados de curso e nas próprias instituições em geral debates cada vez mais profundos e críticos que tragam à tona todos os questionamentos pertinentes à implantação da curricularização da extensão e do fazer extensionista na graduação. Entendemos que a escassez de produção bibliográfica sobre a temática no campo acadêmico do Serviço Social deixa margem para que seja um debate com pouco fundamento e difícil articulação metodológica de realização da extensão como componente curricular obrigatório. Sobre isso, Ferraz (2019) diz que:

[...] não há uma compreensão hegemônica sobre a perspectiva extensionista no Serviço Social, fato que pode estar relacionado a quase inexistente produção bibliográfica na área. Ainda que a extensão universitária possua história recente de regulamentação e discussão formal dentro das universidades brasileiras, conforme apontado no segundo capítulo, é possível identificar ao longo do desenvolvimento do Serviço Social brasileiro experiências que tinham interface com a extensão (p. 105).

Como aponta a autora, mesmo que seja escasso o número de produções a cerca da relação extensão-Serviço Social e que a extensão tem um percurso relativamente jovem comparado ao ensino e a pesquisa no ambiente universitário, o acúmulo teórico-metodológico e ético-político da categoria permite que sejam encontradas vias de solução para os desafios postos pela curricularização da extensão. Desta forma, “a perspectiva teórica ainda hegemônica no Serviço Social, oferece subsídios para a leitura da realidade, aproximação da mesma e construto de formas de fazer que se aproximem dos objetivos propostos” (*ibid.* p. 106).

Dando continuidade à exposição de dados catalogados, expõe-se aqui um dos gráficos produzidos a partir do seguinte questionamento: “De acordo com a resolução MEC Nº 7 de dezembro de 2018, a creditação da extensão pode ser feita a partir de cinco modalidades de extensão a saber: programas, projetos, cursos/oficinas, eventos e prestação de serviços. Qual/is modalidade(s) adotada(s) pela UFA?”.

Gráfico 1 - Modalidades de atividades de extensão adotadas nas UFA's



Fonte: Elaboração própria.

A modalidade de ‘Cursos/Oficinas’ é unânime como atividade extensionista adotada, seguida de ‘Programas’ e ‘Projetos’ (empatados), depois ‘Prestação de serviços’ e por último ‘Eventos’. A tipificação ‘Cursos/Oficinas’ historicamente é a modalidade de atividade extensionista majoritariamente praticada pelas universidades brasileiras desde a implementação institucional da extensão no campo da Educação Superior. Porém, como atenta Ferraz (2019), cabe problematizar que muitas das vezes esta modalidade de atividade está voltada para os próprios estudantes das universidades, tendo pouco alcance para fora dos muros da academia. Isto representa um fazer extensionista pouco cooperativo e colaborativo para com a sociedade em geral, alimentando a reciclagem conteudista interna nas universidades.

Um fator que também chamou atenção foi a modalidade ‘Prestação de serviços’, cuja é a opção escolhida em cinco das sete UFA's. Tal modalidade abre um debate, pois, “um dos grandes desafios no processo de curricularização da extensão é sem dúvidas a prestação de serviços, pois geralmente é por meio desta modalidade que as maiores investidas do setor privado, sobre a universidade, têm ocorrido” (ABEPSS, 2022. p. 16). O que averiguamos é a sua aplicação como um artifício de precarização do financiamento público para a extensão universitária, à medida que transfere a responsabilidade para o setor privado, além também de contribuir para o alocamento de estudantes para atuação em postos de trabalho precarizados, que inclusive fere a Política Nacional de Estágio (PNE). Seguindo essas reflexões acrescentamos:

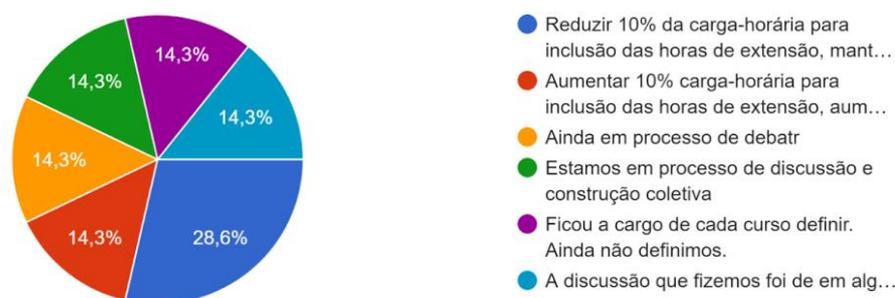
Ainda que o FORPROEX tenha mantido seu posicionamento crítico de defesa da universidade pública e da extensão como constituinte desse tripé universitário voltado para a gratuidade dos serviços, à medida que o debate avança, a prestação de serviços prevista como uma das modalidades da extensão passa incorporar atividades privadas e diretamente vinculadas ao mercado. Estas atividades vão quase que se autonomizando, pois não entram nas disputas pelo financiamento da extensão à medida que tem financiamento privado e recebendo assim, uma normatização específica dentro das universidades (ABEPSS, 2022. p. 12).

É preciso então enfatizar o posicionamento ético-político que historicamente se fez o Serviço Social brasileiro frente às demandas do capital, ou seja, estando ao lado e pertencente à classe trabalhadora e em prol da emancipação humana na criação de uma sociabilidade alternativa, livre de opressões e exploração de classe, raça ou gênero. Ainda de acordo com a ABEPSS (2022), se tal modalidade se apresenta como opção para os cursos de Serviço Social,

[...] torna-se relevante um amplo debate sobre o conceito de extensão e a necessidade de aprofundarmos o debate sobre o entendimento do que é a extensão popular, comunicativa e orientada para os processos de uma educação emancipatória de maneira a evidenciar que esta concepção poderá fortalecer o projeto de formação profissional que defendemos (p. 31)

Na continuidade do questionário, buscou-se saber o que as UFA's optaram para adequar a carga-horária geral do curso e atribuir 10% à extensão. Assim, foram colocadas três opções de escolha: "Reduzir 10% da carga-horária para inclusão das horas de extensão, mantendo a carga-horária geral do curso"; "Aumentar 10% da carga-horária para inclusão das horas de extensão, aumentando a carga-horária geral do curso"; e "Outros", esta opção dava acesso a uma caixa de texto para descrição de qualquer outra abordagem adotada pela UFA. Assim, segue gráfico elaborado a partir das respostas:

Gráfico 2 - Opção de adequação da carga-horária dos cursos nas UFA's



Fonte: Elaboração própria.

A opção de reduzir a carga horária foi marcada na UNIFIP e na PUC Goiás. As demais UFA's estabeleceram outras abordagens. Na UFBA indicou-se que aumentaria a carga-horária geral em 10%; na UFG e UFPB ainda ocorre processo de debate; já na UEPB foi relatado que ficou a cargo de cada curso definir e o curso de Serviço Social ainda não havia definido. No IFCE Iguatu, no entanto, a abordagem foi a seguinte:

A discussão que fizemos foi de em algumas disciplinas, 10% da carga horária delas será para atividades de extensão e as demais horas que forem necessárias para completar a carga horária total de 10% serão executados através de Programas e Projetos vinculados aos Núcleos de Pesquisa e Extensão do Curso. Nesse caso, a carga horária geral do Curso aumentará, mas não será em 10% porque parte destes estará diluída nas disciplinas (IFCE Iguatu)

Tal formato de adequação pedagógica da curricularização da extensão chamou atenção por entendermos que dá condições de desenvolvimento de atividades extensionistas multidisciplinares e interdisciplinares, propondo uma ruptura com a perspectiva cartesiana de currículo onde as disciplinas encontram-se isoladas umas das outras, dando à formação profissional e os processos de ensinagem garantias de interlocução de conteúdos ao passo que constituem a ação prática numa realidade de expressões sociais multiformes (Anastasiou, 2015).

Nessa visão cartesiana, o modelo racionalista está de tal forma entranhado que não facilita ações integrativas dos saberes por parte dos docentes. Essas experiências integrativas vêm ocorrendo como fruto de verdadeiros malabarismos criativos dos professores, que, já tendo percebido os resultados que a visão fragmentada acarreta aos alunos, acabam por assumir pessoalmente, ou em grupos, ações de integração disciplinar (Anastasiou, 2015. p. 49)

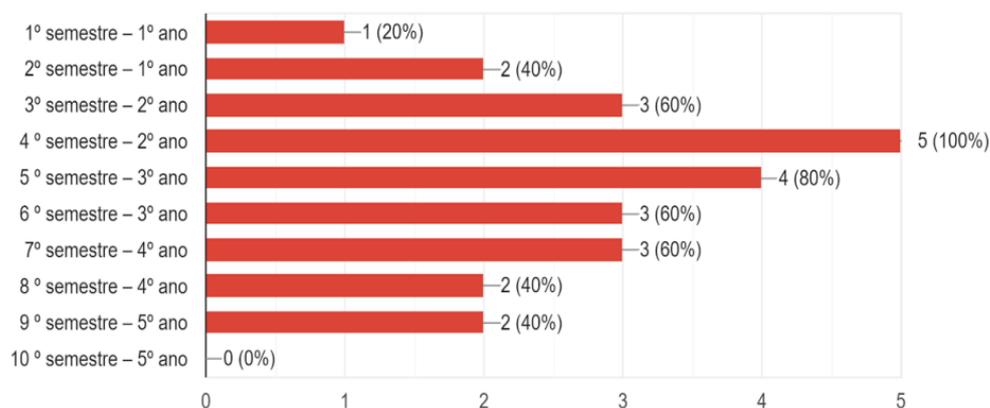
Nesse sentido, fortalecer as concepções críticas da formação profissional a partir da curricularização de uma extensão popular, comunicativa e orientada para os processos de uma educação emancipatória perpassa por romper com uma dogmática acadêmica que caracteriza a ensinagem como um processo conteudista e de sectarização das disciplinas de cada curso.

Os caminhos do Serviço Social frente a tal demanda educacional são potencialmente múltiplos, visto que nossa trajetória histórico-política reflete nossa imersão na realidade social de expressões da questão social caleidoscópicas atuando em articulação principalmente com os conjuntos de lutas dos movimentos sociais.

Questionamos também sobre a distribuição das atividades extensionistas ao longo do tempo e períodos de graduação. Nesse caso, as respostas puderam ser de mais de uma opção

materializando um panorama visual da distribuição realizada nas UFA's e qual recorte da graduação é considerado para as atividades extensionistas:

Gráfico 3 - Distribuição das atividades de extensão por semestre/ano de graduação



Fonte: Elaboração própria.

A partir do gráfico, podemos observar que os 4º e 5º semestres são os momentos de maior preferência para a inserção da prática da extensão. Nesse sentido, surge a necessidade de levantar alguns questionamento do porquê da preferência por tais períodos: são considerados os momentos de suficiente acúmulo teórico para a inserção dos estudantes nos campos de extensão?; como atender as demandas da extensão com as demandas de estágio?; o que impede que a extensão seja uma prática contínua e bem balanceada por todo o tempo de formação?

São questionamentos que infelizmente demandam maiores reflexões que não cabem neste estudo, mas é de certo buscar estabelecer maiores debates sobre a relação teoria e prática, considerando-as não como polos separados, antagônicos, ou até mesmo que se excluem, ou seja, o velho senso comum de que na prática a teoria é outra (Forti; Yolanda, 2016). Quando atribuímos a teoria como elemento de direcionamento e qualificação da prática social, assim como a prática sendo exercício que confirma e transdimensiona a teoria, fica mais marcante o propósito potencial da extensão quando estabelecida na continuidade do fluxo da formação profissional, podendo prestar grande contribuição em qualquer das fases da graduação.

3 CONCLUSÃO

Refletir sobre a curricularização da extensão é um dos desafios postos aos debates constantes que subsidiam uma formação profissional de qualidade no Serviço Social. Somado a este temos como desafio materializar uma formação antirracista, anticapacitista e anticapitalista.

Como um desafio na materialização da extensão democrática e popular no Serviço Social temos que considerar a realidade de muitos cursos que funcionam em período noturno e a grande quantidade de estudantes trabalhadores. Consideramos, pois, oportuno, pautar um último dado que foi catalogado a partir do questionário, sendo referente a forma de adequação das atividades de extensão aos estudantes trabalhadores. As respostas obtidas destacaram que este é um ponto urgente de maiores articulações que incidam no cerne da organização e estrutura de educação das universidades. Não houveram respostas objetivas ou propostas que dessem conta de tornar a extensão e os próprios cursos de Serviço Social viáveis à realidade de trabalhadores e trabalhadoras. Esse fator ainda não alcançável diz muito sobre o caráter das universidades, principalmente das públicas, e como foram concebidas na realidade social brasileira, ou seja, adaptadas às elites e suas necessidades orgânicas tornando-as polos de estruturação e cristalização do poder de classe, raça e gênero (Carvalho, 2010).

Pensar um fluxo curricular e uma universidade como um todo adequados à classe trabalhadora evoca um ímpeto radical na formulação de propostas de reforma da educação e dos ambientes educacionais. De cobrança por efetivos investimentos nas universidades públicas e nas políticas institucionais de assistência estudantil. Conquistas importantes como as cotas não encerram o percurso de luta por uma universidade popular, pintada de povo, são mais o começo que o fim. As políticas de acesso à educação se completam com as políticas de permanência, ou seja, as condições reais e objetivas que garantam a permanência dos e das estudantes nos espaços educacionais.

As constantes contrarreformas encabeçadas pelo neoliberalismo, desestruturação do aparato público estatal que atende as demandas do projeto de nação igualitária e cidadã são, nesse sentido, nosso principal entrave. É preciso ser radical! É preciso cada vez mais pressionar para que as iniciativas de intervenção e transformação social sejam de caráter menos conciliatório e mais de reparação histórica, justiça social e emancipação humana. Para tal fim, vemos a necessidade de uma formação profissional radicalizada em sua qualidade, e aí se inclui, um currículo e uma extensão mais críticos e socialmente referenciados, populares e emancipatórios.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Curricularização da extensão e serviço social**. Brasília DF, 2022. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/curricularizacao-da-extensao-e-servico-social-v2-202301312008185662110.pdf>>. Acesso em: 02 de mai. 2024.
- ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo. Da visão de ciência à organização curricular. *In*. ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo; ALVES, Leonir Passate (Orgs.). **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. - 10ª ed. - Joainville, SC; Editora Univille, 2015.
- BRASIL. **Resolução CNE/CES nº. 07, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº. 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e das outras providências. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808>. Acesso em: 25 abr. 2024.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. - 5ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FERRAZ, Anita Pereira. **Serviço Social e Extensão Universitária: reflexões sobre formação profissional**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC - SP); São Paulo, 2019.
- LEITINHO, Meirecele Calópe. **Concepção e currículo**: Universidade Regional do Cariri. Fortaleza: Imprensa universitária, 2000.
- MORAES, Elivânia da Silva. **Formação Profissional nos Cursos de Graduação em Serviço Social: pensamento e ação pedagógica dos docentes**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Ceara. Fortaleza. 2014.
- MOREIRA, A. F. B. (Org.). **Currículo**: questões atuais. Campinas: Papirus, 1997. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. **Serviço Social**: temas, textos e contextos. - 5ª ed. - Rio de Janeiro; Lumem Juris, 2016.